



OBSERVATÓRIO DA CIDADE RESILIENTE



CAMPANHA
CONSTRUINDO CIDADES RESILIENTES



MINHA CIDADE ESTÁ SE PREPARANDO!

Temas Abordados: Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

PUBLICAÇÃO: 09/03/2020

DEFESA CIVIL



O município de Rio Claro realizou a Aula Inaugural de seu IV Ciclo de Atualização Técnica de Defesa Civil.



O evento contou com o Coordenador Regional de Proteção e Defesa Civil (REDEC -5) e Promotor Brasil da Campanha Cidades Resilientes, o Sr Sidnei Furtado Fernandes, que proferiu uma palestra sobre a relevante papel da Defesa Civil para os municípios com o tema: “**Cidades Resilientes**”.

Participaram do evento inaugural representantes das prefeituras e da Defesa Civil de 08 municípios de nossa regional, o Ciclo de Atualização Técnica prossegue neste mês de março com instruções teóricas e práticas, 70 horas-aulas no total, sobre assuntos relacionados com as diversas atividades e missões da Defesa Civil.

As instruções serão realizadas por profissionais de diversas Secretarias da Prefeitura de Rio Claro, do Corpo de Bombeiros, do SAMU, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, da ELEKTRO e da Fundação Estadual Edmundo Navarro de Andrade (FEENA) na sede da Secretaria Municipal de Segurança, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Sistema Viário.



Oportunidade da Europa para gerenciar riscos e criar resiliência: recomendações para um acordo verde europeu

A mudança climática é um dos principais fatores causadores de perdas por desastres e falhas no desenvolvimento. Amplifica os riscos e aumenta a intensidade e a frequência dos riscos naturais. Está mudando a maneira como vivemos, impactando a maneira como as sociedades funcionam, na Europa e além. Na região europeia desde os anos 80, os extremos climáticos causaram quase 500 bilhões de euros em perdas econômicas, segundo a Agência Europeia do Meio Ambiente. Incêndios florestais, inundações em grande escala, tempestades, ondas de calor e secas escaldantes estão afetando grandes partes da Europa, expondo as regiões a perigos que não são tradicionalmente preparados para esse risco (por exemplo, florestas no norte da Europa). Prevê-se que sua frequência e escopo aumentem e excedam as capacidades atuais de cada Estado-Membro para salvar vidas e limitar danos econômicos. As projeções indicam que os danos anuais das inundações costeiras podem chegar a 1 trilhão de euros por ano, afetando mais de 3,5 milhões de pessoas. As terras agrícolas atingidas pela seca podem aumentar sete vezes, a produção agrícola pode diminuir em até 20%, a terra queimada por incêndios florestais pode dobrar e quase um em cada dois europeus pode ser afetado pela escassez de água.

https://www.preventionweb.net/files/70536_undrrrecommendationsforaeuropeangre.pdf



Uma avaliação de ameaças à segurança da mudança climática global: qual a probabilidade de cenários de aquecimento indicam um futuro de segurança catastrófico

Este relatório é o primeiro deste tipo, reunindo um painel de profissionais de segurança para analisar as implicações de segurança de dois cenários futuros de aquecimento (curto prazo: 1-2 ° C e médio e longo prazo: 2-4 + ° C). Ele identifica

grandes ameaças, incluindo maior instabilidade política e social, e riscos para missões e infraestruturas militares dos EUA, bem como para instituições de segurança, nos dois cenários de aquecimento e em todas as regiões do mundo. As principais conclusões e recomendações incluem:

Principais conclusões

1. Um cenário de mudança climática de curto prazo, no qual o mundo aquece de 1-2 ° C / 1,8-3,6 ° F acima dos níveis pré-industriais em meados do século, representaria ameaças de segurança 'Altas' a 'Altas'. Um cenário de médio a longo prazo, no qual o mundo aqueça até 2-4 + ° C / 3,6-7,2 ° F, representaria uma ameaça 'Muito Alta' a 'Catastrófica' à segurança global e nacional. O mundo já aqueceu um pouco abaixo de 1 ° C em comparação com as temperaturas pré-industriais.
2. Em todos os níveis de aquecimento (1-4 + ° C / 1,8-7,2 + ° F), as mudanças climáticas representarão ameaças significativas e em evolução para os ambientes, infraestrutura e instituições de segurança global.
3. Enquanto em limiares de aquecimento mais baixos, as partes mais frágeis do mundo estão em maior risco, todas as regiões do mundo enfrentam sérias implicações. Cenários de alto aquecimento podem trazer impactos catastróficos à segurança em todo o mundo.
4. Essas ameaças podem surgir rapidamente, desestabilizando as regiões e os relacionamentos dos quais a segurança americana e internacional depende.
5. As mudanças climáticas apresentarão ameaças significativas às missões militares dos EUA em todas as suas áreas geográficas de responsabilidade (AORs), bem como às instituições de segurança e infraestrutura regionais que são críticas para manter a segurança global.

Principais recomendações

1. Atenuar esses riscos requer reduzir e eliminar rapidamente as emissões globais de gases de efeito estufa. É um apelo para que o mundo atinja emissões globais líquidas zero o mais rápido possível, de uma maneira ambiciosa, segura, equitativa e bem governada, a fim de evitar futuros graves e catastróficos de segurança.
2. O mundo também deve “ambientes à prova de clima”, infraestrutura, instituições e sistemas dos quais a segurança humana depende, e, portanto, este relatório exige uma rápida resiliência aos impactos atuais e esperados das mudanças climáticas. Com investimentos orientados para o futuro em adaptação, resposta a desastres e construção da paz
3. Nos Estados Unidos, são necessários esforços renovados para priorizar, comunicar e responder às ameaças à segurança climática e integrar essas considerações em todo o planejamento de segurança.

FONTE: https://climateandsecurity.files.wordpress.com/2020/02/a-security-threat-assessment-of-global-climate-change_nsmip_2020_2.pdf

EUA: Novo estudo prevê que o aquecimento climático levará milhares de pessoas à emergência por doenças causadas pelo calor

Por Brendan Bane

O calor está subindo. Enquanto a Califórnia enfrenta outra rodada de incêndios florestais, e 2018 continua se tornando um dos anos mais quentes já registrados, um novo estudo prevê que nas próximas décadas o problema de calor dos Estados Unidos se tornará mais perigoso e caro.

Mesmo no melhor cenário, o novo estudo sugere que um clima quente levará milhares de pessoas a mais em salas de emergência em todo o país e poderá custar dezenas de milhões a mais de dólares em tratamento até 2050.

Os autores do estudo analisaram quantas pessoas visitaram salas de emergência por hipertermia ou superaquecimento em 136 áreas metropolitanas dos EUA entre os verões de 2005 e 2012 e projetaram como o número de visitas de emergência por hipertermia pode aumentar em diferentes cenários climáticos. O estudo foi publicado na *GeoHealth*, uma revista da American Geophysical Union.

Se pouco for feito para diminuir as emissões de gases de efeito estufa, os autores afirmam que as salas de emergência dos EUA podem receber 28.000 visitas a hipertermia anualmente até 2050, o que pode custar aproximadamente US \$ 52 milhões. Estendido até 2090, o número anual de visitas para hipertermia pode aumentar em até 65.000, custando até US \$ 118 milhões.

Mesmo no cenário climático mais caridoso, onde as emissões são restritas em todo o mundo, as visitas de emergência para hipertermia nos Estados Unidos ainda podem aumentar em 21.000 até 2050, custando até US \$ 38 milhões. Nesse cenário, em 2090, as visitas de hipertermia podem aumentar em até 28.000, custando até US \$ 52 milhões.

Independentemente dos níveis de emissões, sugere o estudo, as visitas de hipertermia nos EUA e os custos incorridos aumentarão.

Ao explicar as consequências das mudanças climáticas em termos de saúde humana, a principal autora Claire Lay e o coautor David Mills, da Abt Associates, uma empresa de consultoria baseada em pesquisas, esperam enquadrar a conversa sobre o clima de uma maneira que o público em geral possa entender melhor.

"O objetivo mais amplo deste trabalho é mover as conversas do impacto das mudanças climáticas em medidas físicas, como graus ou watts de aquecimento, para impactos

com os quais as pessoas estão mais familiarizadas, como resultados de saúde", disse Mills. "É outra maneira de dizer: 'aqui está o que a mudança climática pode significar para você'".

O estudo segue um amplo relatório de várias agências que explora os impactos das mudanças climáticas na saúde humana, publicado pelo Programa de Pesquisa sobre Mudanças Globais dos EUA em 2016.

Essa avaliação identifica quais grupos correm maior risco de morrer devido ao calor extremo, aumenta os projetos de mortes prematuras relacionadas ao calor e determina que mesmo pequenas mudanças nas temperaturas médias sazonais podem matar, entre outras descobertas.

O relatório do USGCRP concentra-se amplamente no impacto direto do calor na saúde sobre a morte, não nas doenças induzidas pelo calor e em seus custos. O novo estudo explora o custo do calor na saúde, concentrando-se nas internações por hipertermia, e projeta as próximas mudanças em grande parte das áreas metropolitanas do país.

"Descobrimos que o custo humano e as despesas reais do aumento das visitas às urgências aumentam - mesmo para um efeito direto do aumento da temperatura como a hipertermia", disse Lay. "Este artigo ajuda a acrescentar à história sobre problemas de saúde que podemos ver aumentando nos próximos 50 ou 100 anos."

Registros revelam um aumento

No novo estudo, Lay e seus co-autores usaram dados de seguros privados sobre o número de atendimentos de emergência para pessoas com 64 anos ou menos que tenham cobertura de saúde baseada em empregadores em 136 grandes áreas metropolitanas dos Estados Unidos.

Eles identificaram a relação entre a temperatura diária e o número de pessoas que foram às urgências por hipertermia durante o verão e projetaram visitas semelhantes no futuro em diferentes cenários climáticos.

Eles estimam que até 2050, mais 21.000 a 28.000 pessoas nos Estados Unidos poderão visitar a sala de emergência para hipertermia a cada verão. Isso pode custar entre US \$ 6 milhões e US \$ 52 milhões, dependendo de quão bem as emissões são mitigadas, do custo de visitas individuais e de como as comunidades se adaptam às mudanças climáticas.

Até 2090, as visitas poderão aumentar de 28.000 para 65.000, custando entre US \$ 9 milhões e US \$ 118 milhões. Como os registros excluem idosos, aqueles que vivem fora das áreas metropolitanas e pessoas sem cobertura empregada, os autores sugerem que suas estimativas são conservadoras.

A hipertermia pode causar falência de órgãos e até morte se não for tratada. Muitos dos processos químicos que mantêm o corpo humano funcionando de maneira

saudável ocorrem dentro de uma faixa estreita de temperatura, e exceder essa faixa pode desencadear sintomas graves.

"Você não quer acabar no pronto-socorro com hipertermia", disse Mills. "É extremamente sério. Ser admitido e receber alta por hipertermia significa que você seguiu uma linha muito tênue entre a vida e a morte. Você pode estar bem, mas também há uma chance de ter alguns danos significativos à saúde a longo prazo."

FONTE: <https://blogs.agu.org/geospace/2018/08/07/new-study-predicts-warming-climate-will-drive-thousands-to-er-for-heat-illness/>



Episódios extremos de calor e risco de nascimento prematuro na Califórnia, 2005–2013

fundo

O nascimento prematuro é uma das principais causas de morbimortalidade infantil. Identificar gatilhos potencialmente modificáveis no final da gestação, como calor extremo, pode melhorar a compreensão do papel do estresse agudo em partos prematuros e informar os sistemas de alerta. Neste estudo, foi examinada a associação entre o calor extremo, definido de maneira diversa durante a última semana de gestação, e o risco de nascimento prematuro entre mães na Califórnia.

Métodos

Foi criada uma coorte de base populacional composta por 1.967.300 mães que tiveram filhos únicos nascidos vivos na Califórnia, de maio a setembro de 2005 a 2013. Os dados diários de temperatura estimados no CEP da residência materna foram usados para criar 12 definições de calor extremo com temperaturas relativas variadas (percentis 75, 90, 95 e 98) e durações (pelo menos 2, 3 ou 4 dias consecutivos). Foi estimado o risco de nascimento prematuro (<37 semanas de gestação) em relação à exposição ao calor extremo durante a última semana de gestação com modelos de regressão proporcional ao risco de Cox em vários níveis, ajustando-se às características maternas, sexo do recém-nascido e sazonalidade. O estudo também incluiu dados gerados aleatoriamente, código SAS e estimativas para fins de reprodutibilidade.

Resultados

Aproximadamente 7% da coorte teve um parto prematuro. Para todas as definições de calor extremo, o risco de parto prematuro foi consistentemente maior entre as mães que sofreram um episódio de calor extremo durante a última semana de gestação. As taxas de risco variaram de 1,008 (IC 95%: 0,997, 1,021) a 1,128 (IC 95%: 1,052, 1,210), com associações crescentes à medida que a temperatura relativa e a duração do episódio de calor extremo aumentavam.

Conclusão

Este estudo contribui para a literatura anterior, considerando várias definições de calor extremo e aplicando uma estrutura de tempo para evento. Os resultados sugerem que a exposição aguda ao calor extremo durante a última semana de gestação pode desencadear um parto mais cedo. A implementação de sistemas de alerta térmico direcionados a mulheres grávidas pode melhorar os resultados do nascimento.

FONTE: <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S016041201933377X?token=BEFB85283946B019EC59C7B035165DAE32DE054BD4A79E93F986E1373C603D2718E980131F4CE3446A744E1288D5DF8D>



Calor e setor privado: preparação para ondas de calor

Em 2017, cerca de 153 bilhões de horas de trabalho foram perdidas devido ao calor extremo. Em um clima em mudança, as ondas de calor devem se tornar mais comuns e mais severas, e estima-se que em 2030, 2,2% do total de horas de trabalho em todo o mundo serão perdidas em altas temperaturas - uma perda de produtividade equivalente a 80 milhões de empregos em período integral. Da mesma forma, projeta-se que as perdas econômicas devido ao estresse térmico no trabalho aumentem para US \$ 2,4 trilhões em 2030, com o impacto do estresse térmico sendo mais pronunciado nos países de baixa, média e baixa renda.

As empresas têm um papel importante a desempenhar na proteção dos trabalhadores contra os efeitos do calor extremo, tanto para o bem de seus funcionários quanto para proteger as operações comerciais. Este guia rápido do projeto ATLAS (Adaptação para o Pensamento e Liderança e Avaliação) - desenvolvido em parceria com o Centro Climático da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho em apoio ao Guia de Ondas de Calor para Cidades do Centro Climático - detalha os riscos que o calor representa para a segurança dos trabalhadores e as operações comerciais, e fornece recomendações acionáveis para proprietários e gerentes de negócios para reduzir o risco de calor no local de trabalho.

Clique [aqui](#) para visualizar as séries de infográficos correspondentes às Ondas de calor nas cidades.

Para visualizar os guias rápidos da série Questões ambientais ambientais e de calor

FONTE: https://www.climatelinks.org/sites/default/files/asset/document/2020_USAID_ATLAS_Heat-Health-Private-Sector-Guide.pdf



Construindo infraestrutura resiliente para o futuro: documento de base para o grupo de trabalho sobre sustentabilidade climática do G20

Este documento de trabalho concentra-se na construção de infraestrutura e oportunidades resilientes para futuras parcerias e sinergias regional e internacional.

Foi preparado para fornecer subsídios para discussões na reunião do Grupo de Trabalho sobre Sustentabilidade Climática do Grupo dos Vinte (G20) em Tóquio, Japão, em fevereiro de 2019. Ele fornece informações sobre a experiência e as lições aprendidas pelo Banco Asiático de Desenvolvimento sobre infraestrutura resiliente e destaques oportunidades para futuras parcerias e sinergias com parceiros nas comunidades de desenvolvimento e finanças regional e internacionalmente. Também explora novas modalidades de financiamento para a construção de infraestrutura resiliente.

FONTE: <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/519821/sdwp-061-building-resilient-infrastructure-future.pdf>



As emergências ambientais no Paraná e as interseções com o sistema estadual de proteção e defesa civil

As emergências ambientais geralmente afetam regiões urbanizadas ou seus arredores, tornando-se desastres urbanos. Os desastres provêm de eventos extremos, de origem natural ou tecnológica, que resultam em vários impactos negativos nas cidades. Esses fatores são consequência da falta de preparação de seus gestores e comunidades para enfrentar essas situações, além de uma cadeia de falhas decorrentes de planejamento, legislação e inspeções ineficientes. Assim, é necessário analisar a organização estrutural dos órgãos públicos para atuar a fim de mitigar esses eventos ou seus efeitos. Nesta linha, não há apenas um órgão, mas um sistema chamado Proteção e Defesa Civil. O Estado do Paraná, com histórico relevante em termos de emergências ambientais, encontra na defesa civil um núcleo agregado de instituições para lidar com esse problema.



CNJ e PNUD buscam soluções para desafios do sistema prisional brasileiro

O Brasil mantém sob custódia, em termos absolutos, o 3º maior contingente prisional do planeta, com cerca de 710 mil pessoas em situação de privação de liberdade. Foto: Agência Brasil/Wilson Dias

O Brasil mantém sob custódia, em termos absolutos, o terceiro maior contingente prisional do planeta, com cerca de 710 mil pessoas em situação de privação de liberdade, segundo dados do Ministério da Justiça. Isso implica desafios estruturais para o fortalecimento do sistema carcerário, tais como déficit de vagas e de recursos humanos para acolher todo esse contingente.

Diante desse quadro, o Conselho Federal de Justiça (CNJ) tem investido na busca de soluções para entraves do sistema prisional. Um exemplo é o programa Justiça Presente, parceria entre o CNJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para superação de desafios históricos no sistema prisional e socioeducativo do país.

No contexto desse programa é que o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), do CNJ, realiza em Brasília (DF), até esta quinta-feira (5), o seminário internacional “Judiciário, sistema penal e sistema socioeducativo: questões estruturais e mudanças necessárias”.

Destinado a juízes, representantes do sistema de Justiça criminal, pesquisadores e público em geral, a proposta do evento é debater a política criminal no Brasil com foco no respeito ao princípio da dignidade humana. Além disso, pretende-se comemorar os 10 anos de criação do DMF, como estratégia para disseminar experiências e políticas de enfrentamento às principais questões do sistema carcerário.

Durante o seminário, estão sendo apresentadas experiências internacionais exitosas que poderão ser replicadas no Brasil. O evento está disponível ao público ao vivo pelo canal do CNJ no Youtube.

Mesa de abertura

Como parceiro do CNJ no programa Justiça Presente, o PNUD participou da mesa de abertura na segunda-feira (2). Representante-residente adjunto do PNUD no Brasil,

Carlos Arboleda, foi o primeiro a falar e destacou a necessidade de um novo olhar sobre a trajetória de vida das pessoas que ingressam no sistema penal e socioeducativo.

“Essa trajetória, com a superação das barreiras à preservação de sua dignidade e a promoção de sua efetiva integração social e econômica, faz toda a diferença para o desenvolvimento”, observou.

Experiências como a do Justiça Presente elevam o Brasil a uma posição de destaque no plano da cooperação internacional na área da Justiça, observou o diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), embaixador Ruy Pereira.

“As soluções implementadas por iniciativa deste CNJ demonstram a capacidade do país de enfrentar com inteligência e equilíbrio o desafio de promover a garantia de direitos e os elementos básicos do exercício da cidadania para um segmento significativo da população privado de liberdade, creditando o Brasil a se posicionar de forma pró-ativa em debates internacionais sobre o assunto.”

Diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/MJSP) — também parceiro do Justiça Presente —, Fabiano Bordignon reafirmou a parceria com o CNJ e anunciou para final de março um ranking prisional da qualidade dos cerca de 1,5 mil estabelecimentos do sistema carcerário, avaliando gestão, segurança e assistência.

“Divulgar dados sobre a qualidade dos serviços penais é uma obrigação que o DEPEN pretende entregar para a sociedade brasileira neste mês de março e fico feliz de dizer que há mais as unidades com nota A do que aquelas com a pior nota. A partir daí, com o trabalho de todos nós, e da sociedade, vamos melhorar — e estamos melhorando — o sistema prisional brasileiro, e isso é um trabalho de todos.”

Para o corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, a atual gestão do CNJ estabeleceu um conjunto de ações para a área penal que ganha contornos de política judiciária, ao prever a articulação de diversos órgãos e instituições para o real enfrentamento da questão prisional.

Como exemplo, citou o Justiça Presente, “no compromisso conjunto da qualificação de suas atividades e da performance de toda a magistratura, da promoção da cidadania e garantia de direitos das pessoas privadas de liberdade, bem como para a qualificação da gestão da informação e melhoria do sistema prisional brasileiro como um todo”.

Pesquisa

Ponto alto da abertura do seminário, a apresentação do estudo “Reentradas e Reiteraões Infracionais – Um olhar sobre os sistemas socioeducativos e prisional brasileiros” revelou que 23,9% dos adolescentes retornaram ao menos uma vez ao sistema socioeducativo entre janeiro de 2015 e junho de 2019. Quando observado o sistema prisional, contemplando, portanto, os indivíduos com 18 anos ou mais de idade, a taxa de retorno ao sistema atinge o patamar de 42,5%.

O trabalho resulta de dois estudos complementares do CNJ: um a respeito do sistema socioeducativo, mediante análise de dados extraídos do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL), e outro sobre o sistema prisional, cuja análise se fundamentou no repositório de dados dos processos judiciais em trâmite e baixados, mantido pelo CNJ.

O estudo resulta da ação conjunta entre a Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica (SEP), o Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) e o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), o qual contou, por sua vez, com o apoio do Programa Justiça Presente.

Os resultados das análises de ambas as bases foram unificados e compõem o relatório apresentado. Seu objetivo é oferecer dados conceituais e estatísticos sobre, por um lado, a reentrada e reiteração de adolescentes que tenham cometido ato infracional no sistema socioeducativo e, por outro, sobre reincidência no sistema de justiça criminal brasileiro.

Fundamentando-se em estudos anteriores, foram propostos desenhos de pesquisa que, entre outros pontos, evidenciaram a carência de informações robustas sobre os temas em debate e, portanto, a necessidade de qualificação contínua dos dados do CNJ e de outros órgãos públicos nacionais.

Presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Dias Toffoli comentou os resultados do estudo inédito sobre a reincidência no Brasil, apresentado na cerimônia de abertura.

“Partindo das bases de dados do próprio Conselho Nacional de Justiça, o estudo comparou estatísticas do sistema socioeducativo e do sistema prisional, concluindo que a taxa de reentrada no sistema prisional é bastante superior àquela encontrada no sistema socioeducativo.”

Ao encerrar a mesa de abertura, o ministro destacou que “não há caminho para a superação do ‘estado de coisas inconstitucional’ do sistema prisional senão pela compreensão do caráter estrutural da crise que enfrentamos. Só seremos capazes de promover mudanças efetivas quando as soluções forem capazes de atacar as raízes dos nossos problemas”, salientou.

FONTE: <https://www.conjur.com.br/dl/panorama-reentradas-sistema.pdf>



Agência da ONU acerta para inverno mais quente da Europa desde 2015

A Organização Meteorológica Mundial, OMM, informou que este inverno está sendo o mais quente na Europa desde 2015.

Os dados são do Serviço de Mudança Climática do Copernicus e do Centro Europeu de Previsões Meteorológicas a Médio Prazo, Ecmwf.

El Niño

As duas instituições indicam que a temperatura média ficou quase 1.4°C acima daquela registrada no inverno de 2015 quando o mundo experimentou as fortes consequências do fenômeno El Niño.

A OMM destaca que de dezembro de 2019 a fevereiro deste ano, a Europa teve um clima ameno persistente principalmente nas regiões norte e leste.

A temperatura média no continente ficou 3.4°C acima do padrão do período de 1981 a 2010.

Já o mês de janeiro deste ano foi o mais quente já registrado no mundo.

Alasca

Na Europa, a temperatura média no mês passado foi 3.9°C acima da média de todos os febreiros de 1981 a 2010.

Ainda este ano, as temperaturas foram cerca de 0.1°C mais frias que em fevereiro de 2016, por exemplo, e 0.1°C mais quentes que as registradas em fevereiro de 2017.

As temperaturas de fevereiro estiveram mais acima da média em uma grande região, que cobre grande parte da Europa, da Sibéria e da Ásia Central e da Antártida Ocidental. No norte do Alasca, elas estiveram mais abaixo da média.

A OMM observou que as anomalias de temperatura na média europeia são geralmente maiores e mais variáveis do que as anomalias globais, especialmente no inverno, quando podem mudar vários graus de um mês para o outro.

FONTE: https://news.un.org/pt/story/2020/03/1706291?utm_source=ONU+News+-+Newsletter&utm_campaign=1945f58ecd-

EMAIL_CAMPAIGN_2020_03_06_01_05&utm_medium=email&utm_term=0_98793f891c-1945f58ecd-105027597



A influência da posse da terra e ocupação da habitação na redução do risco de desastres. O caso de oito assentamentos informais em seis países da América Latina e do Caribe

Objetivo: Este estudo procura entender como a segurança da posse da terra e os modos de ocupação da habitação influenciam a redução do risco de desastres em comunidades urbanas precárias.

Projeto / metodologia / abordagem: este estudo conduziu uma revisão abrangente de publicações recentes sobre a relação entre segurança da posse da terra, acesso ao crédito, melhorias na moradia e o resultado esperado: moradia mais segura e, portanto, redução de risco. Foi utilizado um banco de dados de pesquisas de um estudo anterior realizado pelos autores em oito assentamentos informais em seis países da América Latina e do Caribe em 2017–2018. As análises de correlação bivariada e correlação PointBiserial foram realizadas, utilizando a seleção de variáveis stepwise para todas as regressões. Este estudo avalia se o modo de ocupação da habitação e a situação da posse da terra prevêm as mudanças nos fatores de risco de desastres, como as condições físicas das residências e as condições sociais dos ocupantes.

Conclusões: A extensa revisão da literatura revela:

(1) garantir a ocupação de moradias por si só não trata automaticamente da questão do acesso ao crédito, nem resulta na melhoria da casa que leva a moradias mais seguras; e

(2) famílias com problemas de posse ou ocupação da terra expostos a riscos naturais são frequentemente excluídas dos programas de distribuição de ajuda e reconstrução pós-desastre, o que aumenta sua vulnerabilidade a futuros desastres.

A análise estatística encontrou uma relação positiva entre o modo consolidado de ocupação e posse da terra com fatores de risco de desastre associados às condições da habitação, particularmente o acesso a serviços públicos (água, esgoto e energia). Este estudo é o resultado de um processo sistemático enquadrado em uma estratégia de avaliação de RRD baseada em evidências que traz o escopo de medidas para garantir condições de posse da terra e consolidar os modos de ocupação da casa como um meio para melhorar a segurança e a qualidade de vida em assentamentos informais que acabam influenciando a suscetibilidade das comunidades aos impactos de riscos naturais.

FONTE: <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S2590061719300547?token=3A4E2E6785C6CA45AF413EDAED04C05C48C8E4C69B2333BFE4535705A20ADEED63E0F8645008E996AE49CFAFCA8493D>



Como Sphere está apoiando intervenções sob coronavírus epidemia

Sphere emitiu um documento de quatro páginas que irá guiá-lo para as seções

relevantes do manual Sphere.

Este documento descreve os princípios subjacentes e uma revisão detalhada de orientação técnica relevante nos capítulos de lavagem e de saúde.

FONTE: <https://spherestandards.org/coronavirus/>

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

REDE DE CIDADES RESILIENTES DE LINGUA PORTUGUESA

<http://www.cidadesresilientes.net/>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>